



RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref.: Pregão Eletrônico nº PE 026.2025-DIV

Recorrente: UBR COMÉRCIO DE ALIMENTOS SERVIÇOS CARNES E FRIOS LTDA.

Recorrido: LL FEITOSA DOS REIS

Objeto: Registro de preços para fornecimento de água adicionada de sais (garrafão 20L, vasilhames 20L e garrafa 500ml) para atender as demandas das diversas secretarias do Município de São Gonçalo do Amarante-CE.

Ilustríssimo (a) Senhor(a) Pregoeiro(a),

UBR COMÉRCIO DE ALIMENTOS SERVIÇOS CARNES E FRIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 19.612.832/0001-97**, com sede à **Rua Artur Rodrigues Vasconcelos, nº 455, Centro, Uruburetama/CE, CEP 62650-000**, neste ato representada por seu representante legal, vem, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, interpor o presente **Recurso Administrativo** contra a **habilitação da empresa LL FEITOSA DOS REIS**, com base nos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir delineados:

I – DO CABIMENTO

Nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e das disposições editalícias, é plenamente cabível o presente recurso, interposto dentro do prazo legal e com a devida motivação.

II – DOS FATOS

A empresa **LL FEITOSA DOS REIS** foi declarada habilitada para o fornecimento dos itens previstos no edital, cujo objeto compreende o **registro de preços para fornecimento recorrente e distribuído de grandes volumes de água adicionada de sais**, em embalagens de **20 litros, vasilhames de polipropileno** de mesma capacidade, além de **garrafas de 500ml**, a serem entregues de forma programada a **11 órgãos distintos da Administração Pública Municipal**.

Todavia, os **atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante** não demonstram compatibilidade com o objeto licitado, tampouco atendem aos critérios de similaridade, complexidade tecnológica e operacional exigidos pelo item 8.26 do Termo de Referência. São eles:

- **Banco do Nordeste do Brasil S/A:** atestado referente **exclusivamente ao fornecimento de copos descartáveis**, sem menção ao valor contratado, mas cuja dimensão se presume irrelevante frente ao volume da presente contratação – estimado em **R\$ 571.603,45**.
- **Secretaria da Saúde do Estado do Ceará:** atestado referente a **gêneros alimentícios (cereais)**, sem discriminação dos itens efetivamente fornecidos, tampouco das quantidades. O valor total informado é de apenas **R\$ 5.920,70**, o que representa menos de **2% do montante estimado neste certame**.
- **Secretaria da Segurança Pública:** atestado referente ao fornecimento de **papel toalha**, sem qualquer menção ao valor total ou quantidade fornecida.
- **Instituto Federal do Ceará – IFCE:** dois atestados – um referente ao fornecimento de **suco de fruta em caixa**, também sem indicação de valor; outro, referente a gêneros alimentícios como **arroz, feijão e biscoitos**, com valor total de apenas **R\$ 5.744,00**.
- **Ministério da Saúde:** atestado referente ao fornecimento de **copos descartáveis**, com valor irrisório de **R\$ 1.215,00**.
- **ANATEL:** atestado para o fornecimento de **copos descartáveis (150 pacotes)**, sem especificação de valor contratado.
- **Ministério da Defesa:** dois documentos – o primeiro, **declaração (e não atestado)** referente ao fornecimento de **detergente, esponja e rodo**, sem qualquer menção a valor; o segundo, atestado de fornecimento de **água sanitária e papel higiênico**, com valores de apenas **R\$ 755,60 e R\$ 6.820,80**, respectivamente.
- **CREA-CE:** atestado de fornecimento de itens como **copos descartáveis, sabão em pó, luvas para procedimento não cirúrgico e álcool**, sem identificação de escopo semelhante ao objeto licitado.
- **EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares):** atestado genérico de fornecimento de **copos descartáveis**, sem qualquer valor de referência.

Conforme se verifica, **nenhum dos documentos apresentados pela empresa LL FEITOSA DOS REIS comprova fornecimento anterior de bens similares**, tampouco com complexidade tecnológica e logística equivalente. Ademais, são fornecimentos de **pequeno porte, baixa responsabilidade sanitária, e valores significativamente inferiores** ao escopo da presente contratação.

III – DA ILEGALIDADE DA HABILITAÇÃO

O Termo de Referência aprovado no edital, em seu item **8.26**, estabelece, de forma expressa e objetiva, que:

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Desta cláusula, extraem-se três **requisitos cumulativos** para que os atestados apresentados sejam considerados válidos:

- Similaridade do bem fornecido com o objeto da contratação;**
- Equivalência ou superioridade da complexidade tecnológica e operacional do fornecimento;**
- Regular emissão por pessoas jurídicas de direito público ou privado ou conselhos profissionais competentes.**

Ao confrontar os **atestados apresentados pela empresa LL FEITOSA DOS REIS** com esses requisitos, torna-se evidente sua **inaptidão para suprir os critérios de habilitação técnica exigidos**.

III.1 Ausência de similaridade do bem

O objeto desta licitação é o fornecimento de **água adicionada de sais em embalagens de 20 litros, garrafas de 500 ml e vasilhames vazios de polipropileno de 20 litros**, que, por serem **produtos de consumo humano direto**, demandam:

- Licenciamento e controle sanitário rigoroso;
- Certificação de qualidade e segurança;
- Padrões técnicos de rotulagem, transporte e armazenagem.

Além de os atestados apresentados não demonstrarem similaridade de bens e complexidade operacional compatível com o objeto da presente licitação, como já demonstrado, cumpre destacar que o item licitado **não se trata de um bem genérico ou de fácil substituição**, mas sim de **produto regulado por normas sanitárias específicas**, submetido a rigorosos controles de qualidade, industrialização, transporte e rastreabilidade.

Conforme consta expressamente do próprio **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** que embasa o certame, o fornecimento do item exige que a empresa “**siga a Resolução RDC nº 182/2017**, que dispõe sobre as boas práticas para industrialização, distribuição e comercialização de água adicionada de sais” e “**atenda aos padrões microbiológicos e químicos estabelecidos por órgãos reguladores como a ANM e a ANVISA**, conforme a Instrução Normativa nº 60, de 2019. ”:

A água adicionada de sais seguir a **Resolução RDC N° 182/2017** que dispõe sobre as boas práticas para industrialização, distribuição e comercialização de água adicionada de sais. Atender os **padrões microbiológicos e químicos**

estabelecidos por órgãos reguladores como a ANM e ANVISA, conforme a Instrução Normativa nº 60, de 2019.

O líquido água adicionada de sais, sem gás, objeto da contratação, deve atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde, estabelecida em Regulamento Técnico próprio, especialmente, a Instrução Normativa nº 60, de 2019, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A regulamentação específica para a **água adicionada de sais** decorre da **Resolução RDC nº 182/2017** da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que estabelece as normas para industrialização, distribuição e comercialização desse tipo de produto. Ainda, a **RDC nº 274/2005** disciplina os parâmetros técnicos e sanitários que as empresas devem cumprir para fabricar essa categoria de água.

Essas exigências impõem uma realidade incontornável: **somente pode ser considerada apta ao fornecimento uma empresa que já tenha atuado, comprovadamente, no fornecimento de água adicionada de sais**, observando as exigências sanitárias, fiscais e logísticas previstas na legislação. Nenhum dos atestados por ela apresentados:

- faz menção ao fornecimento de **água para consumo humano**;
- indica o cumprimento de requisitos da **RDC nº 182/2017, IN nº 60/2019 ou RDC nº 274/2005**;
- demonstra a obtenção de **registro sanitário da ANVISA** ou vinculação ao **Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN**;
- sequer comprova a existência de selo ou certificação exigido pela legislação estadual vigente no Ceará.

Trata-se de um controle instituído justamente para coibir o fornecimento irregular de água e garantir a saúde pública. Permitir a habilitação de uma empresa **sem qualquer comprovação de experiência anterior**, significa impor à Administração um **risco direto e elevado de adquirir produtos inadequados, contaminados ou de origem não rastreada**, o que configura potencial ofensa ao princípio da segurança jurídica, à proteção da saúde pública e à moralidade administrativa.

Assim, os atestados apresentados pela empresa não comprovam experiência no fornecimento de bens com essas características. Referem-se a itens como:

- Copos descartáveis;
- Papel higiênico e papel toalha;
- Sabão, detergente e esponjas;
- Gêneros alimentícios secos como arroz e biscoitos;
- Sucos industrializados em caixa.

Nenhum desses itens **compartilha do mesmo grau de exigência sanitária, controle técnico ou cuidados logísticos exigidos para o fornecimento de água potável envasada**, especialmente em grande volume.

III.2 Ausência de complexidade tecnológica e operacional equivalente

Não se trata aqui de uma contratação comum de produtos de prateleira ou de itens genéricos de consumo rotineiro. O objeto deste certame — o fornecimento de **água adicionada de sais em garrafões de 20 litros, garrafas de 500ml e vasilhames vazios de polipropileno** — possui **nível elevado de exigência tecnológica, sanitária e logística**, o que demanda da empresa contratada **estrutura operacional robusta, experiência consolidada e conformidade regulatória estrita**.

A contratada deverá demonstrar capacidade real de:

- **Gerenciar uma logística contínua e pulverizada de entregas**, com atendimento a **11 órgãos públicos distintos**, respeitando cronogramas, programações de consumo e rotas diversificadas de distribuição;
- **Manter controle de rastreabilidade e validade dos produtos**, assegurando que os itens entregues estejam em conformidade com as exigências da ANVISA quanto a prazo de validade, lote de produção e condições de transporte;
- **Armazenar e transportar produtos altamente sensíveis à contaminação microbiológica**, exigindo veículos e locais de armazenamento limpos, com controle de umidade e protegidos, conforme preconiza a legislação sanitária;
- **Obedecer aos parâmetros definidos em normas sanitárias específicas**, como a **RDC nº 182/2017**, a **Instrução Normativa nº 60/2019**, além da **RDC nº 274/2005**, que estabelecem exigências técnicas e operacionais para a industrialização, acondicionamento, rotulagem e comercialização da água adicionada de sais;
- **Operar com estrutura capaz de revalidar e higienizar os vasilhames retornáveis de 20L**, incluindo tanques de lavagem automatizada, controle bacteriológico da água utilizada para limpeza, registro de higienizações e selagem adequada dos vasilhames antes do reenvase.

Ademais, é importante destacar que os atestados apresentados pela empresa recorrida referem-se, em sua totalidade, a fornecimentos realizados para **um único órgão por vez**, tratando-se de entregas centralizadas, sem complexidade de distribuição. No presente certame, ao contrário, o objeto será destinado a **11 secretarias distintas**, com entregas descentralizadas e possivelmente simultâneas, distribuídas por todo o território municipal, o que exige da licitante uma logística integrada, planejamento operacional eficiente e capacidade de atendimento coordenado em larga escala — requisitos não demonstrados pela empresa habilitada.

Trata-se, portanto, de fornecimentos **pontuais, com valores reduzidos**, realizados sem **necessidade de habilitação sanitária, plano logístico estruturado ou rastreabilidade técnica** — o que os torna absolutamente **inaptos para comprovar a complexidade exigida nesta contratação**.

Ignorar tais exigências e admitir como suficientes atestados sem qualquer grau de aderência técnico-operacional **compromete a segurança sanitária dos usuários finais**, coloca a Administração em situação de risco jurídico-sanitário e viola o próprio princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

III.3 Deficiência documental e ausência de robustez técnica

Embora formalmente emitidos por entes da Administração Pública, os atestados apresentados pela empresa recorrida **não possuem densidade informacional mínima** capaz de comprovar, de forma concreta e segura, sua aptidão técnica para o objeto solicitado. Em sua maioria, os documentos:

- **Omitem informações essenciais, como o valor global dos contratos, a periodicidade das entregas, a abrangência do fornecimento, bem como o escopo técnico detalhado dos bens entregues;**
- Apresentam fornecimentos de **valores irrisórios**, incompatíveis com a escala da presente contratação — vários deles sequer ultrapassam o patamar de **R\$ 6 mil reais**, o que representa **menos de 2% do valor estimado da licitação**;
- Incluem documentos que **não têm natureza jurídica de atestado de capacidade técnica**, como é o caso da **declaração simples apresentada pelo Ministério da Defesa**, que carece de validade probatória nos moldes exigidos pelo edital e pela legislação de regência.

Dante desse conjunto de fragilidades, **não é juridicamente possível presumir a capacidade técnico-operacional da empresa com base em documentos genéricos, imprecisos ou desvinculados da realidade contratual ora exigida**. O artigo 67, II e §1º da Lei nº 14.133/2021, exige prova idônea da aptidão técnica por meio de atestados que demonstrem desempenho anterior em condições similares às exigidas na nova contratação — o que não se verifica no caso em análise.

A tentativa de suprir a ausência de experiência concreta com documentos vagos e de baixa materialidade revela não apenas a **inidoneidade técnica da empresa para a presente contratação**, como também a **ineficácia jurídica de sua habilitação**, que deve ser desconstituída para preservar a legalidade, a isonomia e o interesse público envolvidos no certame.

Para ser considerado similar, o fornecimento anterior **deve guardar correspondência com as seguintes características do objeto do certame**:

- Produto sujeito à regulação sanitária específica;
- Necessidade de higienização, rotulagem, rastreabilidade e transporte seguro;
- Entrega em **grande escala** e com **logística descentralizada e contínua**;
- Cumprimento de **normas da ANVISA e da SESA**, inclusive quanto a registro, selo ou cadastro obrigatório.

Exemplos: **Fornecimento de bebidas não alcoólicas industrializadas em larga escala** como sucos, isotônicos ou refrigerantes em **embalagens retornáveis** e com controle sanitário. Relevante se envolver higienização de vasilhames e processos similares aos da água retornável. **Fornecimento de produtos alimentícios líquidos perecíveis com exigência de controle sanitário e logístico** como leite pasteurizado ou UHT, sopas prontas, caldos líquidos industrializados.

Quando entregues em condições de refrigeração e com controle de prazo de validade, transporte especial e lote. **Fornecimento de grandes volumes de gêneros alimentícios sujeitos à vigilância sanitária e transporte especial como** carnes embaladas a vácuo, alimentos refrigerados ou congelados. Necessário que o fornecimento tenha sido feito de forma **recorrente e descentralizada** (em diversos locais), com rastreabilidade e Prestação de serviços de logística integrada de produtos sujeitos à regulação sanitária distribuição de medicamentos, insumos hospitalares ou EPIs hospitalares em larga escala. Exige rastreabilidade, controle de validade, acondicionamento e cronograma de entrega por demanda.

Copos descartáveis, papel higiênico, papel toalha, sabão e produtos de limpeza em geral; Alimentos secos não perecíveis (arroz, feijão, biscoitos etc.), que não exigem refrigeração ou controle sanitário especial; Entregas pontuais ou com escopo local e valor irrisório; Produtos sem necessidade de higienização, rotulagem, envase, transporte especial ou validade controlada não podem ser considerados similares ao presente objeto.

A insuficiência dos atestados apresentados pela empresa LL FEITOSA DOS REIS também encontra **respaldo em precedentes recentes do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (Processo nº 08086/2025-4)**, em casos com estrutura argumentativa e lógica análogas ao presente. Em decisão relatada pelo **douto Auditor Dr. David Matos**, ao analisar a ausência de pertinência entre atestado apresentado e objeto da licitação, consignou-se:

42. Destacam que o atestado apresentado demonstra que a empresa prestou uma “Assessoria e Consultoria em Contratos Públicos para atender as necessidades da Câmara Municipal de Deputado Irapuan Pinheiro”, **possuindo um objeto genérico e amplo, sem detalhamento técnico**, estando diretamente relacionada a confecção de contratos e processos internos, com foco mais burocrático.

43. Ressaltam, ainda, que o objeto em tela possui alta **complexidade técnica e estratégica, exigindo experiência comprovada** em acompanhamento da execução contratual, indicadores de desempenho, gestão de risco e normas da nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).

44. Em suma, comentam que o atestado apresentado não possui o mesmo objeto da contratação realizada pelo Município de Tururu/CE e, mesmo se fosse considerado, **não guarda pertinência com as parcelas mais relevantes do objeto licitado**.

45. Isto posto, observa-se que os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante **não foram capazes de comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto de que trata o processo licitatório**.

Em complemento, o **Ministério Público de Contas, por meio da 6ª Procuradoria**, manifestou-se de forma convergente, nos seguintes termos:

[...] Este MP de Contas, da análise do objeto licitado e do atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa representante, então licitante, verificou que esta **não conseguiu demonstrar expertise/experiência prévia no objeto licitado**. É que, como bem destacado pelos técnicos, o atestado técnico apresentado, em fato, **referia-se de maneira ampla e geral** à assessoria e consultoria em contratos públicos, quando o objeto em tablado

trata-se de contratação de empresa prestadora de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria para apoiar as atividades de fiscalização de contratos administrativos no município de Tururu/CE, com foco no suporte estratégico, abrangendo a fiscalização dos contratos e a implementação de práticas eficazes para garantir a conformidade legal e a eficiência na execução dos serviços públicos. [...] Desta feita, considerando que a Lei das Licitações prevê expressamente, no artigo 67, inciso II, e §1º que os atestados técnicos devem ser similares às parcelas de maior relevância do objeto licitado, tudo com o escopo de garantir que a Administração Pública venha efetivamente contratar bem/serviço/funcionalidade que atenda às suas necessidades (art. 62 da Lei 14.133/2021), não se vislumbra irregularidade na inabilitação da empresa representante, que observou as normas editalícias e a legislação pertinente, já que não foi possível atestar a capacidade técnica compatível com o objeto do certame em tela. (grifos originais e destaque nossos).

Tais fundamentos podem ser transpostos com perfeita analogia ao presente caso, em que **os atestados apresentados não guardam correspondência com as parcelas mais relevantes do objeto licitado**, tampouco demonstram a complexidade, o controle sanitário e a estrutura logística exigida. À luz do princípio da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da jurisprudência do TCE/CE, a **inabilitação da empresa recorrida se impõe como medida necessária à legalidade e à segurança da contratação pública**.

III.4 Aplicação dos Itens 8.33 e 8.33.1 do Termo de Referência: Necessária Inabilitação da Recorrida

O Termo de Referência é categórico ao dispor, em seu item **8.33**, que:

“Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência”.

No presente caso, restou amplamente demonstrado que a empresa LL FEITOSA DOS REIS **apresentou atestados genéricos, omissos e tecnicamente incompatíveis com o objeto da licitação**, deixando de atender às exigências de similaridade, complexidade tecnológica e operacional, conforme exige o item 8.26 do TR.

Assim, sua habilitação **contraria frontalmente o disposto no item 8.33**, uma vez que os documentos apresentados não comprovam a aptidão técnica exigida — seja pela inadequação dos bens fornecidos, pela ausência de controle sanitário e logístico, seja pelo valor irrisório ou pela falta de conteúdo técnico nos atestados.

Dante disso, deve ser imediatamente aplicada a **consequência prevista no item 8.33.1** do mesmo Termo de Referência:

“Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação”.

A omissão em aplicar essas cláusulas **violaria a vinculação ao instrumento convocatório**, comprometeria a legalidade do certame e ofenderia o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, pois estaria admitindo como apta uma empresa que **não**

demonstrou, de forma minimamente robusta, a capacidade técnica para executar o objeto da contratação.

Assim, requer-se que a autoridade competente reconheça a inabilitação da empresa recorrida e **convide a próxima licitante classificada**, observando a ordem legal de chamamento e os princípios que regem a Administração Pública.

Outro aspecto que compromete a regularidade da habilitação da empresa LL FEITOSA DOS REIS refere-se à **incompatibilidade entre as atividades previstas em seu contrato social e o objeto desta licitação**.

Consultando-se os registros da empresa, constata-se que **nenhuma de suas atividades econômicas secundárias ou principal corresponde ao CNAE 36.00-6-02 (Distribuição de Água Envasada)** — código específico exigido para empresas que atuam na industrialização, envase ou distribuição de água adicionada de sais, conforme legislação sanitária vigente.

Os CNAEs constantes do seu cadastro empresarial referem-se, em sua maioria, a:

- Comércio varejista de mercadorias em geral, alimentos, hortifrutigranjeiros, laticínios e frios;
- Transporte rodoviário de passageiros e cargas;
- Locação de veículos;
- Serviços gerais de limpeza, apoio administrativo e fornecimento de materiais diversos.

Em nenhum momento há previsão de atividade **relacionada à industrialização, envasamento, armazenagem ou comercialização de água potável**, tampouco estrutura compatível com o atendimento das normas da ANVISA.

Nesse ponto, é relevante destacar o **entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União**, segundo o qual:

Não são considerados válidos para fins de habilitação atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem não apenas demonstrar uma situação de fato, mas, necessariamente, uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato social.
Acórdão 2939/2021-Plenário

Da mesma forma que o Tribunal de Contas da União firmou entendimento no sentido de que **não são considerados válidos, para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante**, impõe-se concluir que **também não são considerados válidos os atestados que, embora formalmente compatíveis com alguma atividade empresarial, não correspondem à realidade do objeto licitado**, seja pela natureza distinta do bem, pela ausência de requisitos técnicos e sanitários, ou pela absoluta discrepância de escopo e complexidade.

Ou seja, a mera compatibilidade formal entre o CNAE da empresa e o objeto do atestado não supre a exigência legal de comprovação da efetiva aptidão técnica

para a execução contratual, nos termos do edital. Habilitar uma empresa com base em atestados de fornecimentos genéricos, irrelevantes ou desconectados da realidade operacional da contratação é tão inadequado quanto aceitar documentos manifestamente incompatíveis com seu objeto social — ambos os casos violam o dever de verificação rigorosa da capacidade técnica, comprometendo a lisura do certame.

IV – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- a) O conhecimento e provimento do presente recurso administrativo;**
- b) Seja reconsiderada a decisão que habilitou a empresa LL FEITOSA DOS REIS, inabilitando-a por ausência de comprovação de qualificação técnica;**
- c) Seja garantido o efeito suspensivo do presente recurso** até a decisão final, nos termos da legislação aplicável;
- d) Caso a reconsideração não ocorra**, seja o presente recurso encaminhado à autoridade superior para apreciação e reforma da decisão impugnada.
- e) Seja intimado o recorrido para que apresente contrarrazões.**

Nestes termos,
Pede deferimento.

São Gonçalo do Amarante/CE, 16 de junho de 2025.

UBR COMERCIO DE ALIMENTOS
SERVICOS CARNES E
FRIOS:19612832000197

 Assinado de forma digital por UBR COMERCIO DE ALIMENTOS SERVICOS CARNES E FRIOS:19612832000197
Dados: 2025.06.16 13:36:08 -03'00'

UBR COMÉRCIO DE ALIMENTOS SERVIÇOS CARNES E FRIOS LTDA.

Representante legal
CNPJ: 19.612.832/0001-97